



Ata

2.ª Reunião de Câmara | Ordinária Pública

17 de janeiro de 2022, 16:00h

Maia, Paços do Concelho | Videoconferência

Ao décimo sétimo dia do mês de janeiro de 2022, pelas 16:00h, realizou-se a 2.ª reunião de Câmara, ordinária pública, por videoconferência, através da plataforma zoom.

Presidiu à reunião o Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
5. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
6. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
7. Vereador, Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho
8. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
9. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
10. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
11. Vereador, António José Ferreira Peixoto



A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de intervenção do público

Intervenção do Município Guilherme Costa, que abordou duas questões, relativamente à circulação de pesados na Avenida D. Henrique, e em Pedrouços, na Rua Sacadura Cabral, uma questão relacionada com estacionamento abusivo.

Quanto ao primeiro assunto, o Município Guilherme Costa referiu que já tinha iniciado há algum tempo, com o envio do primeiro e-mail em dezembro de 2020 ao Senhor Provedor do Município, a solicitar ajuda, dado que na rua onde residia, Avenida D. Henrique, existia bastante tráfego automóvel e muitos em velocidade excessiva e também a circulação de veículos pesados; apesar de ser proibido, continuavam a circular. Mas a Câmara Municipal tinha lá colocado uma postura que já permitia essa mesma circulação. Apesar de ter contactado os Serviços Camarários e de ter falado com o Diretor de Departamento, Vítor Ascensão e Chefes de Divisão, Elisabete Oliveira, Adelina Rodrigues e Pedro Tiago, e com representante da Junta de Freguesia da Cidade da Maia, ninguém até à data o tinha esclarecido. Após várias insistências, foi-lhe transmitido pelo Diretor de Departamento Vítor Ascensão que tinham decidido assim porque tinha iniciado atividade uma empresa de camiões e a Câmara Municipal era obrigada a permitir a passagem de circulação de veículos pesados nessa artéria. Apesar da explicação dada, não tinha ficado esclarecido se numa artéria com proibição de circulação de veículos pesados, era possível dar autorização a uma empresa que necessitava de circular nessa mesma artéria. Solicitou novamente o nome das empresas que precisavam de circular na artéria onde estavam sediadas, mas até hoje ainda não tinha obtido resposta e a circulação de veículos pesados de mercadorias e de passageiros continuava tendo aliás aumentado o tráfego.

O Senhor Guilherme Costa salientou que poderia haver uma razão lógica para essa situação, mas ainda ninguém a tinha dito, e era isso que pedia.



O outro assunto ocorria em Pedrouços, na Rua e Travessa Sacadura Cabral, mais concretamente, com estacionamento abusivo de carrinhas, que provocava constrangimentos e aglomerados de habitações antigas, mas reabilitadas, onde moravam pessoas de etnia cigana. Mais referiu o abandono de veículos há muitos anos, constituindo até perigo de salubridade pública, não havendo fiscalização, e sobre estas questões já tinha falado com o Presidente da Junta de Freguesia, à data, mas nada tinha sido feito. Mais salientou que se a sua mãe teve que legalizar a sua casa, construída há mais de trinta anos, há pouco tempo, esperava também que esses aglomerados também estivessem legalizados e se não, que o fossem obrigados a fazer.

O Senhor Presidente informou que iria interagir com os Serviços com vista a que contactassem o Município e respondessem às questões colocadas.

2. Período antes da ordem do dia

Sem intervenções.

3. Aprovação da ata da 34.ª reunião ordinária de 06 de dezembro de 2021

Submetida a discussão e votação foi a ata **aprovada por unanimidade.**

Sem prejuízo da Proposta de correção de pormenores de escrita a enviar pelo Senhor Vereador Francisco Vieira de Carvalho. O Senhor Vereador António Ramalho ficou também de enviar propostas de retificação à sua intervenção.

Não participou na votação deste ponto, em consequência do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, a Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras

4. Aprovação da ata da 36.ª reunião extraordinária de 14 de dezembro de 2021

Submetida a discussão e votação foi a ata, **aprovada por unanimidade.**

Sem prejuízo da Proposta de correção de pormenores de escrita a enviar pelo Senhor Vereador Francisco Vieira de Carvalho. O Senhor Vereador António Ramalho ficou também de enviar propostas de retificação à sua intervenção.

Não participaram na votação deste ponto, em consequência do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, a Senhora



Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras e o Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves.

5. Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território – 2020

Informação elaborada pela Divisão de Planeamento Territorial – Registo n.º 40 633/21

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho interveio, dando nota que era um relatório importante na medida que era um relatório do Estado do Ordenamento do Território, que o regime jurídico do Estado Territorial impunha que as Câmaras fizessem em quatro anos. Sucedia que o relatório precedia a revisão do plano Diretor Municipal (PDM), e era um documento extremamente importante para que sejam melhor definidas as políticas de ordenamento do território que haveriam de consubstanciar o Plano Diretor Municipal. Mais deu nota que era um relatório muito técnico com certeza na linha dos que já tinham sido feitos, era um relatório que estava bem estruturado, mas era um relatório que levantava várias dúvidas para quem o lia, e que não estudava as dinâmicas como a equipa técnica estudou para o fazer. Referiu o Senhor Vereador que havia um conjunto de dúvidas que tinham e gostavam de esclarecer, discutir eventualmente com a equipa técnica que fez o relatório. Sugeriu o PS que fosse feita uma reunião, onde fosse apresentado o documento, e onde pudessem ter a oportunidade de colocar as dúvidas com o PS tinha, e colocar também algumas sugestões, que obviamente o podiam fazer durante a discussão pública que iria ser aberta. Acrescentou o Senhor Vereador que essa reunião a ser aceite pelo Senhor Presidente, podia ser antes ou durante a discussão pública por forma que o PS possa também fazer chegar um documento com os seus contributos no âmbito do período formal de discussão pública.

O Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves interveio, referindo que achava muito bem que a reunião se realizasse, mas apontava a sua realização durante o tempo da discussão pública, para não atrasar o processo.

O Senhor Presidente interveio, dando nota que naquele dia o assunto deveria ser aprovado e seguir a sua tramitação formal, e que, entretanto, seria agendada uma reunião para que os serviços pudessem fazer uma apresentação do documento por forma a que todos pudessem dar as suas sugestões.



Submetida a discussão e votação foi o relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território – 2020 e subsequente submissão a um período de discussão pública, **aprovado por unanimidade.**

6. Pedido de isenção de taxas, designadamente a taxa municipal de urbanização e a licença de obras de autorização de utilização

Informação elaborada pela Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – Registo n.º 10 997/21

Submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, **aprovado por unanimidade.**

7. Freguesia de Águas Santas – Pedido de isenção e taxas para ocupação da via pública para as festas de passagem de ano – 30 de dezembro 2019 a 2 de janeiro 2020

Informação elaborada pela Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – Registo n.º 56 172/19

Submetida a discussão e votação foi o do pedido de isenção de taxas solicitado pela Junta de Freguesia de Águas Santas, **aprovado por unanimidade.**

8. Alteração ao artigo 35.º do Regulamento de transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros – Transporte em Táxi

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – Registo n.º 1389/22

Submetida a discussão e votação foi a proposta de alteração do art.º 35.º do Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxis, **aprovada por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

9. Alargamento das medidas complementares aprovadas no âmbito do último plano de atuação face à evolução da situação epidemiológica da doença Covid-19 no Concelho da Maia



Informação subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Emília de Fátima Moreira dos Santos – Registo n.º 1407/22

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos interveio, dando nota que a proposta era apenas identificação exaustiva de todas as medidas que o Município levou a cabo no âmbito do combate e mitigação à pandemia. No início deste ano foi aberto mais um novo centro de vacinação e seis centros de testagem, numa perspetiva diferente da anterior e numa lógica de centralizar a vacinação e massificar a testagem, mas era importante dizer que no final do ano económico de 2021 o investimento do Município em pandemia ultrapassava os cinco milhões de euros (5.000.000,00€), e a única comparticipação que a Câmara Municipal obteve por candidatura a um fundo solidariedade da União Europeia foi de trezentos e oitenta mil euros (380.000,00€). Isto para dizer e reforçar de alguma forma que o papel das Autarquias locais era de facto extremamente importante nesta missão de combate à Covid-19. Referiu também a Senhora Vice-Presidente que muitas das medidas que estavam a ser tomadas por todas as Autarquias ultrapassavam aquilo que eram as suas competências legais, sempre em defesa do superior interesse público da sua população. Acrescentou a Senhora Vice-Presidente que o Concelho da Maia estava a vacinar acima da média, tendo uma incidência de casos Covid também abaixo dos Concelhos vizinhos, ainda que fosse um valor bastante significativo.

O Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves interveio, dando o seu testemunho da sua ida ao centro de vacinação, e ficou espantado com a eficiência dos serviços, quer de enfermagem quer de auxiliares, o espaço estava com enorme qualidade, ficando muito bem impressionado com a realidade que verificou.

O Senhor Presidente deu nota que o centro de vacinação tinha excelentes condições para funcionar, pelo que estavam todos de parabéns.

A Câmara **tomou conhecimento** da informação prestada

10. Resumo Diário da Tesouraria

A Câmara **tomou conhecimento**, da informação prestada.



A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 17:23h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por sete (sete) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 17 de janeiro de 2022